

003490.2020.15.000/8, PP-004043.2020.15.000/1, IC-000161.2020.15.002/0, IC-000628.2020.15.002/6, IC-000166.2020.15.002/1, IC-000242.2020.15.002/0, IC-000628.2020.15.002/6, IC-000439.2020.15.007/4, IC-000217.2020.15.004/6, PP-000353.2020.15.005/6, IC-000439.2020.15.007/4, IC-000409.2020.15.008/0, NF-001249.2021.15.000/6, NF-000191.2021.15.008/3, IC-000228.2020.15.004/0, IC-000269.2021.15.000/5, NF-000017.2021.15.001/8, NF-000017.2021.15.001/8, IC-000047.2021.15.005/6, NF-000047.2021.15.005/6, IC-000766.2018.15.001/0, IC-000422.2019.15.005/7, IC-000222.2019.15.001/8, IC-000214.2020.15.004/7, IC-000655.2020.15.006/1, IC-000301.2017.16.000/2, IC-000064.2019.16.002/4, IC-000011.2018.16.001/7, IC-000353.2020.16.000/6, IC-000408.2018.16.001/6, IC-000353.2020.16.000/6, NF-000313.2021.16.000/0, NF-000498.2021.16.000/8, IC-000615.2019.16.000/5, IC-000920.2020.16.000/4, IC-000057.2020.16.001/9, IC-000057.2020.16.001/9, IC-000233.2020.16.001/1, PRT 17ª Região-ES, IC-000124.2018.17.002/0, IC-000195.2019.17.000/3, IC-000976.2019.17.000/0, IC-000978.2019.17.000/3, PP-000899.2020.17.000/5, NF-000395.2021.17.000/1, PP-000102.2021.17.003/5, IC-000423.2017.17.000/9, IC-001048.2019.17.000/4, IC-001259.2019.17.000/0, IC-000993.2020.17.000/5, IC-000249.2020.17.001/8, IC-000158.2020.17.002/9, NF-000082.2021.17.000/1, IC-000070.2021.17.003/1, IC-000037.2019.17.001/2, IC-000047.2020.17.000/3, IC-000073.2020.17.002/9, IC-000284.2020.17.001/5, NF-000513.2021.17.000/7, NF-000513.2021.17.000/7, IC-000994.2019.17.000/2, IC-000994.2019.17.000/2, NF-000606.2021.17.000/7, IC-000246.2020.18.003/6, IC-000322.2021.18.000/2, IC-000474.2021.18.000/0, NF-000474.2021.18.000/0, NF-000165.2021.18.002/0, IC-000121.2017.18.001/0, IC-000121.2017.18.001/0, IC-001381.2018.18.000/0, IC-001257.2020.18.000/4, IC-000067.2020.18.001/0, IC-000255.2020.18.003/7, PP-000403.2021.18.000/2, NF-000633.2021.18.000/0, NF-000169.2021.18.000/0, PP-000617.2021.18.000/1, NF-000668.2021.18.000/4, IC-001906.2019.18.000/1, IC-000716.2020.18.000/0, IC-000716.2020.18.000/0, NF-000219.2021.18.000/1, NF-000219.2021.18.000/1, PRT 18ª Região-GO, IC-001938.2020.18.000/8, NF-000223.2021.18.000/0, NF-000407.2021.18.000/8, NF-000669.2021.18.000/0, IC-001370.2016.18.000/4, IC-001381.2018.18.000/0, IC-001257.2020.18.000/4, IC-000255.2020.18.003/7, NF-000633.2021.18.000/0, IC-001478.2019.18.000/0, PP-000617.2021.18.000/1, IC-001906.2019.18.000/1, IC-000716.2020.18.000/0, NF-000219.2021.18.000/1, NF-000219.2021.18.000/1, PRT 19ª Região-AL, IC-000236.2019.19.000/6, IC-001008.2020.19.000/1, NF-000657.2021.19.000/1, IC-000351.2019.19.000/7, IC-001799.2019.19.000/9, IC-002516.2020.19.000/1, IC-000789.2019.19.000/2, IC-000475.2021.19.000/7, IC-000486.2020.19.000/8, IC-000372.2020.19.000/7, PRT 20ª Região-SE, IC-000775.2018.20.000/0, IC-001611.2019.20.000/4, PP-000521.2020.20.000/4, PP-000962.2020.20.000/2, IC-001553.2020.20.000/0, PP-001637.2020.20.000/6, NF-001741.2020.20.000/7, NF-000439.2021.20.000/7, IC-000002.2021.20.001/6, IC-001937.2017.20.000/8, IC-000485.2019.20.000/6, IC-001605.2019.20.000/0, IC-001629.2019.20.000/4, PRT 21ª Região-RN - IC-000719.2019.21.000/6, IC-001014.2019.21.000/5, IC-000053.2020.21.000/2, IC-000411.2020.21.000/0, IC-001380.2020.21.000/6, NF-000071.2021.21.001/9, IC-001084.2019.21.000/0, IC-001084.2019.21.000/0, IC-000010.2019.21.002/8, IC-000680.2020.21.000/0, IC-000680.2020.21.000/0, PP-000124.2021.21.000/4, NF-000077.2021.21.001/2, IC-001446.2019.21.000/4, PP-000247.2021.21.000/6, NF-000974.2018.21.000/1, IC-000113.2019.21.002/5, IC-000113.2019.21.002/5, IC-000051.2021.21.000/1, PP-000180.2021.21.000/2, PRT 22ª Região-PI - NF-000173.2020.22.000/2, IC-000010.2020.22.001/0, IC-001056.2019.22.000/0, IC-001131.2019.22.000/7, IC-000229.2020.22.000/2, IC-000035.2021.22.000/6, NF-000436.2021.22.000/0, IC-001083.2019.22.000/2, IC-000164.2020.22.001/0, IC-000574.2020.21.000/2, IC-000576.2020.22.000/4, IC-001075.2020.22.000/3, IC-001075.2020.22.000/3, PRT 23ª Região-MT - NF-000282.2021.23.000/5, NF-000078.2021.23.003/5, IC-000987.2019.23.000/2, IC-000527.2020.23.000/5, IC-000108.2021.23.000/7, IC-000069.2021.23.001/2, IC-000106.2019.23.001/0, IC-001027.2020.23.000/0, IC-000227.2020.23.001/9, PRT 24ª Região-MS - IC-000302.2020.24.000/3, IC-000714.2020.24.000/6, IC-000104.2020.24.002/6, IC-000014.2019.24.001/1, IC-000260.2019.24.001/5, IC-000054.2020.24.001/6, NF-000032.2021.24.001/9, PP-000278.2021.24.000/7, IC-000032.2021.24.001/9, IC-000072.2019.24.001/6, PP-000086.2020.24.001/5, PP-000002.2021.24.000/5, IC-000170.2021.24.000/8, NF-000247.2021.24.000/9, PP-000377.2021.24.000/9, IC-000781.2019.24.000/9.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Coordenadora da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 27, DE 21 DE JULHO DE 2021
(Sessão Telepresencial)

Presidência: Ministra Ana Arraes (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões, em substituição: AUFC Aline Guimarães Diógenes

Às 14 horas e 30 minutos, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes os Ministros Augusto Nardes e Vital do Rêgo, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 26, referente à sessão realizada em 14 de julho de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

QUESTÃO DE ORDEM (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Escusar os gestores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de dar cumprimento a determinações deste Tribunal no sentido de suprimir o pagamento da parcela de horas extras dos atos de aposentadoria a ele submetidos enquanto íntegra a decisão que sustenta a percepção da rubrica em tela, proferida em 5/10/2018 pelo juízo da 3ª Vara Federal de Florianópolis, nos autos do Cumprimento Provisório de Sentença nº 5002118-47.2017.4.04.7200. Sugestão de envio da questão de ordem à UFSC, à Advocacia-Geral da União, bem como ao juízo da 3ª Vara Federal de Florianópolis. Aprovada. (Questão de Ordem 4/2021)

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Registro do andamento da realocação e o compartilhamento das sedes das secretarias do Tribunal nos estados.

Convocação de sessão plenária extraordinária de caráter público para o dia 15 de setembro, às 10 horas, para a apreciação do TC 000.006/2017-3, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, o qual tratará da fixação do prazo prescricional da pretensão de reparação de dano ao erário apurado pelo Tribunal de Contas da União.

Do Ministro Benjamin Zymler:

Proposta de orientar a Secretaria de Fiscalização de Aquisições Logísticas (Selog) no sentido de continuar evitando esforços na apuração de casos suspeitos de utilização de ata de registro de preços com quantidade de itens supostamente superestimada frente à real demanda dos órgãos gerenciadores e participantes, bem como de deixar a Segecex, desde logo, autorizada a promover outras ações de controle com vistas a detectar e coibir a referida prática, sem prejuízo de promover ajustes pertinentes no robô Alice, de forma a identificar casos suspeitos dessa tipologia de irregularidade. Sugestão do envio de cópia da comunicação à Secretária de Gestão do Ministério da Economia e à Controladoria-Geral da União para eventual adoção de medidas no âmbito de suas esferas de atuação. Aprovada.

Homenagem ao Sr. José Celso de Mello Filho, por ocasião de sua aposentadoria no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Do Corregedor, Ministro Bruno Dantas:

Registro das conclusões da inspeção que a Corregedoria realizou na Secretaria-Geral de Controle Externo, no período de 14 de junho a 14 de julho de 2021, em conformidade com Plano de Correções e Inspeções do 1º semestre de 2021, a qual teve por objetivo efetuar levantamento sobre a situação dos processos de controle externo no âmbito da Segecex, no que diz respeito aos prazos para instrução, pronunciamentos e outras providências.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-028.299/2020-5, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
TC-028.116/2020-8, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;
TC-023.181/2008-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;
TC-013.775/2021-9, TC-036.315/2018-4, TC-036.678/2018-0, TC-036.692/2018-2, TC-039.422/2018-6 e TC-047.253/2020-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e
TC-013.918/2021-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 1698 a 1731.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1732 a 1759, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo nº TC-037.996/2020-7, cujo Relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, foi adiada para a sessão telepresencial do Plenário de 29 de setembro de 2021, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Bruno Dantas.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Com fundamento no §§ 11 e 12 do art. 112 do Regimento Interno e na Questão de Ordem 4/2019, a apreciação do processo TC-000.006/2017-3 (Ata nº 16/2021), cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro e os revisores são os Ministros Benjamin Zymler, Walton Alencar Rodrigues e Vital do Rêgo, foi transferida para a sessão plenária extraordinária pública a ser realizada no dia 15 de setembro, às 10h.

